

O PULO DO GATO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Entrevista publicada em *Synthesis* no.3, maio 1992;
4-9.

Melhorar de vida tem sido uma preocupação do homem desde o século X, na Idade Média, quando a invenção da pólvora impulsionou o comércio entre a Ásia, a Índia e a Pérsia. Até então, ocupado com as conquistas de terras e guerras religiosas, o mundo só conhecia duas classes sociais – a dos ricos e a dos pobres – e não passava pela cabeça de ninguém a possibilidade de subir de uma para outra.

Com o fim do feudalismo e o surgimento da industrialização, começaram a evidenciarem-se as diferenças sociais. No passado, lutas sangrentas marcaram o esforço dos pobres para melhorarem suas condições. Hoje, a batalha continua – apesar de existirem armas bem diferentes. A Educação, por exemplo, tornou-se a principal forma de obter progresso; um importante veículo de ascensão. Diplomas e formação acadêmica propiciaram crescimento sócio-econômico a muitas pessoas. Mas, com o avanço da sociedade contemporânea, surge uma questão: até que ponto essa estratégia continua eficaz?

Há cerca de trinta anos, o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, da Fundação Getúlio Vargas, realizou o estudo da mobilidade social de empresários paulistas. Ou seja, avaliou a mudança de classe social dos dirigentes de empresas do Estado de São Paulo. Na época, sua tese concluiu que “a classe social de um individuo vai determinar de forma preponderante suas oportunidades de êxito profissional”.

Entre os dados observados em 1964, o ex-ministro da Fazenda no governo Sarney constatou que:

- apenas 50% dos pesquisados ocupou cargos inferiores antes de atingirem níveis de diretoria.
- os diretores originários de classes inferiores chegaram à direção das empresas quando eram, em média, quatro anos mais velhos do que os diretores originários de classes superiores.
- A faixa de tempo em que alcançaram a diretoria foi de 16 a 20 anos, enquanto que, para os diretores originários das classes superiores, a faixa de tempo correspondente foi de 11 a 15 anos.

Como conclusão, “o caminho para os indivíduos originários de classes baixas chegarem a postos de diretoria foi mais longo e difícil do que o dos originários de classes superiores”.

Tantos anos depois, o autor desse trabalho compara aquela situação com o momento atual e confessa: “Não acredito que tenha mudado muita coisa”.

A origem social do estudante determina o nível sócio-econômico do futuro profissional? Ou é possível alguém mudar de classe social ao subir os degraus da escola?

Em primeiro lugar, não há dúvida nenhuma que a educação no Brasil é fortemente classista. Ainda que haja educação gratuita a nível de 1º, 2º e 3º graus, isso não impede que os pobres não consigam estudar e que os ricos estudem. Para começar, os pobres não conseguem sequer mandar seus filhos para a escola. Em pouco tempo, os muito pobres estão na rua, pedindo esmola. Os remediados já conseguem ir para a escola, mas para a escola pública de 1º. e 2º. graus, claramente inferior à escola privada porque é uma escola de massa, que tem professores mal pagos e resultado necessariamente pior. Aí já há uma discriminação social muito forte. A forma correta de organizar o ensino primário e secundário seria ter a escola toda gratuita, pública ou privada. Assim como acontece na Espanha onde, depois da nova constituição (*), mesmo as escolas particulares, sem fins lucrativos, são gratuitas. Quem paga

* A nova constituição espanhola foi promulgada em 1978, com a instauração do governo democrático depois das eleições gerais realizadas no ano anterior (Nota do Editor).

é o Ministério da Educação, de acordo com o número de alunos matriculados. Quer dizer, ensino gratuito para todo mundo. Já a nível universitário inverte-se o problema, porque a escola boa é pública, gratuita, e a ruim é paga – com honrosas exceções. Então a situação fica duplamente perversa, com os alunos ricos desfrutando de muito mais chances de entrar nas universidades públicas, boas e gratuitas. Isso mostra como o processo educacional é profundamente classista neste país.

De qualquer forma, surge a pergunta: até que ponto esse sistema é um veículo de mobilidade social? E é, aqui, como em qualquer parte do mundo. Eu diria que, apesar de todo esse quadro, ele é o principal veículo de mobilidade social, pois mal ou bem ele permite às crianças pobres mais qualificadas e mais determinadas estudar, chegar até a universidade e conquistar a ascensão social. Portanto, se há alguma mobilidade social no Brasil – e eu tenho a impressão de que diminuiu, mas continua existindo – ela deve-se ao fato de haver um sistema de ensino público gratuito.

Na sua tese sobre empresários paulistas, realizada em 1964, ficou constatado que metade dos dirigentes de empresas ocupou cargos inferiores antes de assumir postos de direção. O senhor acha que essa tendência permanece?

Eu não tenho dados atuais. A pesquisa que fiz sobre as origens étnicas e sociais dos dirigentes paulistas tem quase trinta anos e seria até muito interessante que fosse refeita agora. Mas tenho a impressão que no Brasil não houve progresso, não; ou seja, não aumentou essa mobilidade, não subiu para 6 ou 70% a parcela dos que vieram de classes baixas. Pelo contrário, desconfio que nos últimos dez anos a coisa piorou. A mobilidade social depende da educação e depende também da taxa de crescimento econômico. Se há uma taxa de crescimento econômico elevada, a mobilidade social tende a ser maior. Ora, como o crescimento econômico estagnou, em termos *per capita*, nos últimos doze anos, a mobilidade social também deve ter diminuído.

O senhor acredita que a capacidade técnica seja um passaporte para o sucesso? Formação acadêmica traz ascensão financeira?

A capacidade técnica é aquilo que certo tipo de educação dá e consiste num veículo por excelência de mobilidade social. Porém não é o único veículo. Existem pessoas que “sobem na vida” porque são empresários, por exemplo. Sem muita capacidade técnica, mas são inteligentes, inovadores, transformam uma pequena empresa numa média empresa e com isso obtêm uma ascensão respeitável. Há outros que fazem isso como artistas, esportistas e aí não se pode falar muito em capacidade técnica. Agora, a mobilidade social que está diretamente relacionada com essa capacidade é aquilo que você adquire na escola e na universidade. Assim você se transforma em administrador, engenheiro, médico, biólogo etc. e ascende socialmente.

Há alguns anos existia uma linha direta entre as profissões de status e o sucesso social. Hoje é muito diferente. Mesmo diplomas universitários prestigiados como de engenharia ou de advocacia não garantem mais robustas contas bancárias. O que o senhor acha que mudou?

Quando eu era menino havia três profissões clássicas: direito, engenharia e medicina. Começava a surgir arquitetura. Hoje já há mais, economia e administração foram incluídas nesse rol. Na verdade, há três tipos básicos de ensino universitário. O ensino das “grandes profissões”: direito, medicina, administração, economia, arquitetura, engenharia é mais ou menos grande. Depois você tem as “pequenas profissões”: odontologia, ciências farmacêuticas educação física. Certos tipos de engenharia e as profissões técnicas ficam numa posição intermediária entre as “grandes” e as “pequenas profissões”. Finalmente, o terceiro tipo de escola são as escolas de ciências onde se estuda matemática, biologia, filosofia, etc. Então, por definição, as melhores remunerações ficam para as “grandes profissões”.

Na hora de contratar um funcionário, as empresas costumam seduzir-se por ex-alunos de escolas renomadas. Existe uma espécie de *griffe* dos diplomas que pesa até para o desempate entre candidatos a um mesmo cargo. Isso também acontece em relação à posição social desses candidatos? Há uma tendência a se preferir funcionários com alto poder aquisitivo e relacionamento social influente?

O fato de as empresas preferirem alunos das melhores escolas é absolutamente lógico, racional e necessário. É assim que se faz em tudo mundo. Mas geralmente, quando se fala em

capital, a expressão é usada para ativos monetários. Só que existem outros tipos de capital, como o capital cultural e o capital das relações sociais, que são importantes, mas não decisivos. Além disso, eu tenho observado que há uma tendência cada vez menor das empresas em atender pedidos de amigos e parentes porque isso é mortal para elas.

A participação de pessoas de origem pobre nas esferas dirigentes das empresas está relacionada com o modelo econômico adotado pelo país? Em nações de regime socialista, por exemplo, a mobilidade social é maior do que no Brasil?

Na época em que desenvolvi a minha tese, fiz algumas comparações entre o Brasil e os EUA e verifiquei que lá a mobilidade social é maior do que a daqui. O que eu acho importante observar quando se discute o modelo econômico brasileiro é que a grande perversidade não está na baixa mobilidade, mas na importância da mobilidade. Por que isso? Porque se nós tivéssemos uma sociedade mais igual, com desigualdades menos gritantes, a mobilidade seria muito menos importante. É isso que acontece em países como a Polônia e a Suécia, por exemplo, onde as diferenças econômicas entre as camadas sociais são menores. Nesses lugares um operário não ganha absurdamente menos do que um profissional liberal e por isso tem o poder de decidir se quer continuar a ser um operário para o resto da vida. Quando se trata de um técnico, então, frequentemente ganha até mais do que os profissionais de nível superior. O grande desafio do Brasil, portanto, não é garantir igualdade de oportunidade para todos, mas reduzir as diferenças sociais.

O agravamento da crise econômica, ano a ano, tem alistado para o mercado e trabalho um número cada vez maior de adolescentes – em especial os jovens de classes sociais inferiores. Esses menores trocam a escola por um emprego mas sabem que, só se continuassem os estudos teriam a chance de dar o pulo do gato. Como resolver esse dilema?

Um jovem pode ter duas atitudes diante da sociedade. Ou pode achar os obstáculos à ascensão tão grandes que ele desiste de continuar e se acomoda; ou esses obstáculos não parecem tão assustadores assim e, com um certo esforço junto a um pouco de sorte, ele consegue vencer. A meu ver, a segunda alternativa ainda é mais válida do que a primeira, embora a situação venha piorando no Brasil Quando o jovem se depara com o dilema “Vou

me acomodar ou fazer um esforço extra?”, ele deve examinar basicamente três variáveis. Na primeira, ele precisa considerar os custos que esse esforço vai implicar. Na segunda, o fato é: qual a recompensa que ele vai ter. E a terceira variável, muito importante, é saber avaliar sua própria capacidade pessoal em termos de inteligência, de equilíbrio emocional, de ambição e uma série de outras características de personalidade que vão lhe render o êxito na empreitada. Isso porque, lá na frente, a competição é desigual e suas desvantagens serão grandes em relação aos filhos dos ricos.

O senhor acredita que o ensino técnico seja uma alternativa pra esses jovens que precisam ingressar cedo no mercado de trabalho?

Sem dúvida. O ensino técnico é uma coisa muito boa, apesar de pouco desenvolvido no Brasil. É o tipo de ensino que permite uma estratégia. O jovem ambicioso, aquele que decide não se acomodar, precisa desenvolver uma estratégia de ascensão social e uma das alternativas clássica é exatamente ele fazer uma carreira técnica e obter uma remuneração que lhe possibilite financiar a continuação dos estudos, se desejar.

Quais são as chances dessa estratégia dar certo no futuro do Brasil? O país ainda precisa de técnicos?

Acho que sim. Nós estamos há doze anos numa economia estagnada e, apesar disso, a demanda por mão-de-obra especializada é crescente. Recentemente eu li um livro de um professor da Universidade de Harvard, nos EUA, chamado *The works of the nations*. Nessa obra, o autor Robert Reich faz previsões para a economia no século XXI. A tese fundamental desse trabalho é de que as nações, os países, vão perder importância com o passar do tempo. O mundo vai ser mais integrado – o que não é nenhuma novidade. O interessante, porém, é a ideia de que a grande clivagem nesse processo, o grande fator de diferenciação, não vai ser a clivagem nacional. Mas a clivagem pela competência técnica. O mundo vai ser cada vez mais dividido entre aqueles que são competentes e os que não são. Conseqüentemente, isso apresenta um desafio fundamental para a educação. E o Brasil não pode ficar atrás. Temos que investir nesse futuro.